

A DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE CIENTÍFICO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO EM TEMPOS DE DESQUALIFICAÇÃO DO PENSAR

Vantuir Dionisio Junior¹
Natasha Gomes Pimenta²
Emerson Martins³
Renata Orlandi⁴

RESUMO

Este trabalho problematiza ações desenvolvidas dentro do projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos e Diversidade: arte, ciência e tecnologias em movimento para uma educação alterizante”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina - *campus* Blumenau. Para tal, apresenta um debate sobre o compromisso das Universidades Federais na democratização de saberes concernentes às relações de gênero no cenário político brasileiro atual, sendo este um dos braços do referido projeto. Em termos metodológicos, foram realizadas três diferentes ações, um cine debate e uma exposição fotográfica, ambas dentro do campus Blumenau, e uma oficina promovida em conjunto com uma escola estadual, também em Blumenau. Estas ações provocaram debates acerca das relações de gênero, o processo de desenvolvimento e também de desqualificação deste campo do conhecimento científico e seus efeitos sobre as políticas públicas (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, combate às violências de gênero, do abuso sexual contra crianças e adolescentes, entre outras no campo da Educação, Saúde, Trabalho e Segurança Pública), além de abarcar as estratégias pedagógicas e os movimentos sociais atrelados a essa esfera do conhecimento.

Palavras-chave: Gênero, Educação Sexual, Direitos Humanos, Divulgação Científica, Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do XXI, as questões de gênero vêm sendo pautadas em embates acadêmicos, gerando reações morais em grupos específicos, principalmente, naqueles ligados às religiões evangélicas e pentecostais. São discursos que, sob uma perspectiva enviesada da temática, geram desinformação, preconceito e violência de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, campus Blumenau, vantuir.junior@grad.ufsc.br

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, campus Blumenau, natashagp755@gmail.com

³ Professor colaborador: Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e professor na Universidade Federal de Santa Catarina, emerson.martins@uffs.edu.br

⁴ Professora orientadora: pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, professora na UFSC- campus Blumenau, renata.orlandi@email.com.;

toda a ordem em territórios reais e virtuais. Tais discursos acabam contribuindo para que os corpos e os direitos das mulheres e das populações lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transsexuais e *queer* (LGBTQ+) sejam reféns de uma realidade devastadora.

A perpetuação da violência de gênero é evidenciada por dados em diversos âmbitos, no econômico, nas barreiras à participação em atividades políticas, educacionais e produtivas, no acesso a recursos, na segurança e saúde pública, no lazer e diversas outras áreas. Segundo o IBGE (2018), homens que desempenham a mesma função que mulheres têm 68% a mais de remuneração, mesmo com níveis inferiores de escolaridade. Ademais, há ainda uma desqualificação por parte dos grupos minoritários em meio a tais assimetrias nas relações de poder, bem como dos discursos atrelados à esfera dos direitos humanos, contribuindo para a violação destes e o acirramento das desigualdades.

Visto isso, o presente artigo é resultado de três ações de extensão universitária, as quais buscaram contribuir para a produção de diálogos emancipatórios junto à comunidade no que concerne às questões de gênero, haja vista a expressiva demanda social pela democratização de saberes relativos aos estudos de gênero. Neste sentido, a primeira ação deste projeto foi a apresentação em vídeo do documentário peruano *Género Bajo Ataque* (2018), seguido de um debate. A segunda ação foi a exposição de fotos que concorreram no I Concurso de Fotografia em Direitos Humanos do Instituto Federal de Santa Catarina - *campus* Gaspar, cujo o tema foi *Mulheres e Seus Direitos*. Por fim, a terceira ação foi a realização de uma oficina, com o tema violência sexual, em uma escola pública estadual a partir de uma demanda desta instituição.

METODOLOGIA

As três ações aqui relatadas foram planejadas visando problematizar saberes concernentes aos estudos de gênero e, ancoradas na perspectiva dos direitos humanos. A primeira ação deu-se por meio da apresentação em vídeo do documentário peruano *Género Bajo Ataque* (*Gênero sob Ataque*, 2018) - dirigido pelo jornalista de mesma nacionalidade Jerónimo Centurión Aguirre -, mesclando-se a exibição de trechos e momentos de discussão até a sua exibição integral. Este cine-debate foi planejado por estudantes da UFSC - Blumenau e contou com o auxílio de cinco convidadas externas à Universidade, as quais atuam profissionalmente no entorno do campus em distintas áreas referentes ao tema discutido.

Por sua vez, a segunda ação tratou da exposição de dezoito fotos, as quais concorreram no I Concurso de Fotografia em Direitos Humanos do Instituto Federal de Santa Catarina - *campus* Gaspar, no mesmo local da exibição do documentário e realização do debate. O tema desta edição do evento foi *Mulheres e Seus Direitos*. Enquanto, a terceira ação consistiu na exibição e discussão do documentário brasileiro *Canto de Cicatriz* (2005), da jornalista, roteirista e diretora Laís Chaffe, patrocinado pela ONG *Coletivo Feminino Plural - Projeto Rede Menina* e financiado por diversas entidades estatais e privadas. Esta ação se deu em uma escola de educação básica da rede pública estadual da região de Blumenau e foi desenvolvida em conjunto com a equipe docente da escola e com profissionais da sociedade civil que atuam com vítimas de violência sexual.

Durante todas as três ações, realizou-se um processo de observação participante, no qual o(a)s pesquisadore(a)s estavam:

em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2013, p. 70).

Todos os acontecimentos foram registrados pelos participantes do projeto de extensão e socializados em reuniões de trabalho e relatórios. Dada as barreiras sociais atreladas aos estudos de gênero e a possibilidade de participantes manifestarem dificuldades em entrar em contato com fenômenos que podem engendrar constrangimento e/ou sensibilização emocional, foram adotadas todas as medidas éticas cabíveis de modo a respeitar o caráter voluntário de sua participação, bem como realizar encaminhamentos à rede de proteção comunitária caso se fizessem necessários.

DESENVOLVIMENTO

Dialogar sobre a opressão e a desigualdade nas relações de gênero em meios educacionais formais e informais é um passo fundamental para promoção da cidadania, da democracia e dos direitos humanos (BRASIL, 2018). Neste contexto, as universidades públicas, como espaços potencialmente promotores de cidadania e de respeito à alteridade, são responsáveis por contribuir para a construção destes debates e oportunizar à comunidade uma educação crítica sobre as relações de gênero e suas problemáticas.

Para Butler (2003), gênero não é uma inscrição cultural a partir de um sexo dado previamente, em lugar disso, o corpo e o sexo são engendrados, interpretados e instituídos pelo gênero que é performático e múltiplo, sendo engendrado em movimento, é vir a ser aberto e inacabado, ação em lugar de identidade ou totalidade. Para a autora, assim, a normatividade do binarismo - que conhecemos como homem e mulher - e qualquer relação entre sujeitos configura-se como uma estabilização (heterossexualidade) ou oposição (homossexualidade, transsexualidade) à naturalização da orientação sexual, quando arbitrariamente atrelada à identidade de gênero, colagem essa que não corresponde necessariamente às experiências no campo da identidade e do desejo.⁵

As relações de gênero são desenvolvidas durante toda a vida dos sujeitos, sendo um produto de processo contínuo. Scott (1990) chama atenção para o modo como o gênero é representado e empregado na sociedade, a fim de articular padrões de relações sociais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento adotado pela Organização das Nações Unidas, estabelece no Artigo I que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948, p. 4). Este marco básico evidencia a falha na diferença de poder nas relações de gênero: a igualdade jurídica entre mulheres e homens é um direito humano fundamental. Já o inciso I do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil declara que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 2016). Entretanto, o princípio de igualdade entre sujeitos estabelecidos pela declaração universal e por acordos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1981) e Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995), além da Constituição Federal, não elimina a desigualdade de gênero que têm acompanhado a história da civilização.⁶ Apesar de grandes avanços nas relações de gênero ao longo a história, nos últimos anos é possível observar posicionamentos e movimentos conservadores acerca do tema de gênero, com destaque ao que nomeiam jocosamente como “ideologia de gênero” (ARISI; ÁVILA; SALA, 2016).

⁵ Louro (2003) afirma que é no campo do social que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. Em uma perspectiva feminista, o conceito de gênero fomenta um debate que denuncia e transcende as relações de poder frente um binarismo naturalizado, prescritivo e normativo. A matriz identitária sexo-gênero reduz a complexidade de uma infinidade de sujeitos em apenas dois pólos, excludentes e hierarquizados: o da masculinidade e o da feminilidade (SCOTT, 1989, p. 3-4).

⁶ Por exemplo, em relação à saúde sexual das mulheres, relatórios da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2009) demonstram que o acesso limitado à informação, o casamento precoce e a falta de poder de decisão das mulheres deixam-nas mais vulneráveis ao risco de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez indesejada e ao aborto inseguro. É possível observar também a desigualdade por meio de outros diversos fatores, sendo a violência de gênero a sua expressão mais perversa. Vale ressaltar que os estudos de gênero estabelecem interseções étnico-raciais, classistas, capacitistas, geracionais, sexuais e regionais, evidenciando que essas violências são vivenciadas de maneiras distintas (ARAÚJO; ETTINGER, 2017, p. 189).

A expressão ideologia de gênero é parte de um projeto de deturpação da ciência, inicialmente, sendo empregada por grupos ligados à igreja católica com o propósito de deslegitimar o campo de estudos ligados à sexualidade, à orientação sexual, à diversidade e à igualdade de gênero (GARBAGNOLI, 2014). Assim, a falaciosa e distorcida expressão ideologia de gênero rapidamente conseguiu difundir-se dentro de diferentes segmentos sociais, sendo readaptada e/ou hibridizada nas alcunhas de doutrinação ideológica e doutrinação marxista, ganhando como principal expoente, no Brasil, o movimento Escola Sem Partido (MIGUEL, 2016, p. 593-595).

As ações do movimento Escola Sem Partido refletiram nos planos educacionais estaduais e municipais, resultando em documentos que não tratam de questões de gênero e sexualidade. A chamada ideologia de gênero, expressão cunhada para se referir e deslegitimar os estudos de gênero, tornou-se um alvo político recorrente e setores conservadores a relacionaram com questões tabu no campo da sexualidade, bem como propagaram um pânico moral de que "[...] a ação pedagógica nas escolas possa embaralhar estas certezas, fornecendo às crianças e jovens caminhos ditos como 'não naturais', fruto de influência justamente da ideologia de gênero" (SEFFNER, 2016, p. 8). É justamente o êxito de políticas públicas e de avanços nos direitos civis⁷ bem sucedidos por reconhecimento da igualdade de gênero e de direitos sexuais que desencadearam essas reações conservadoras (RIOS; RESADORI, 2018).

Assim, as consequências da ingerência política baseada em princípios fundamentais religiosos e conservadores se mostram nefastas. Configura-se em uma opugnação à democracia, à pluralidade, à laicidade. São, em verdade, os verdadeiros ideólogos de gênero, pois, frente à realidade e ao desenvolvimento civilizatório, querem impor suas visões e crenças medievais. De maneira profundamente ideológica, estimulam o sexismo, a homofobia, a transfobia, o ataque aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (RIOS; RESADORI, 2018).

As políticas públicas são necessárias para o combate às injustiças e à defesa do respeito à diferença. Os processos de subjetivação engendram essas diferenças de maneira idiossincrática, pilares da constituição de toda vida em sociedade e também foco de tensão e conflito (VELHO, 1996, p. 10). As universidades públicas têm gradativamente assumido sua responsabilidade no que se refere à problematização da defesa da alteridade e da inclusão social de grupos minoritários, buscando efetivar a educação como espaço promotor de

⁷ União civil de casais não heterossexuais, a adoção por arranjos familiares diversos do modelo pai-mãe, processos de readequação biomédica de sexo-gênero custeados por sistemas públicos de saúde, a mudança de nome e/ou sexo no registro civil, entre outras.

cidadania e de respeito aos direitos humanos. Além disso, as Universidades são também responsáveis por projetos de extensão, que visam repensar a relação entre ensino e pesquisa, fomentando relações dialógicas a partir das demandas da sociedade, visando a transformação de estruturas excludentes e violentas. É justamente baseado na necessidade da democratização dos saberes acadêmicos e almejando uma sociedade mais igualitária, alterizante e acolhedora, que as ações do projeto buscaram esclarecer diversos conceitos atrelados às relações de gênero e sexualidade, desmistificando preconceitos e injustiças estabelecidos pelas assimetrias nas relações de poder que ocorrem desde a infância de maneira institucionalizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ensino, pesquisa e extensão são os três pilares das Universidades públicas, cuja função social é, entre tantas, integrar o conhecimento científico ao conhecimento popular. O projeto de extensão desenvolvido teve como objetivo, justamente, a democratização dos estudos de gênero na comunidade do município de Blumenau, Santa Catarina.

A primeira ação desenvolvida foi o cine-debate do documentário *Género Bajo Ataque*. A obra é uma realização do Consórcio Latino-Americano Contra o Aborto Inseguro (CLACAI) e a narrativa percorre quatro países latino-americanos: Costa Rica, Peru, Colômbia e Brasil. A fim de enriquecer o encontro e aprofundar o esclarecimento acerca do tema, compôs-se uma mesa de debate com cinco convidadas que atuam nas áreas da Sociologia, Educação, Ginecologia e Direito. Esta ação inicial ocorreu no auditório da sede acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina, campus Blumenau.

Durante o debate, um dos convidados da plateia, professor da rede estadual de ensino, aqui designado Alberto, expôs sua experiência enquanto organizador de um festival de cinema no ano de 2017, ocorrido em uma escola pública da região. O festival buscava retratar a diversidade e a igualdade de gênero. Tal temática levou o professor e o evento a sofrerem uma série de represálias de setores da sociedade civil. Tanto pela imprensa local quanto por membros do poder legislativo do município, ligados ao movimento Escola Sem Partido, a alcunha de ideologia de gênero foi utilizada para a desqualificação do debate.

Etimologicamente, ideologia configura-se como um resto, um subproduto de ideais antigos, rudimentares e não-científicos, ou seja, trata-se de ideológico uma crença que uma pessoa ou um grupo de pessoas têm e pretendem tratar como verdade (CHAUÍ, 1980, p. 80). Para Marx e Engels (2002, p. 21), a moral, a religião e a metafísica são exemplos de ideologia, cuja característica principal é a exaustão de consciência e de autonomia racional.

Nota-se que a denominada “ideologia de gênero” é utilizada por setores sociais, ligados a movimentos conservadores, como uma ferramenta política, que se apoia em preceitos morais religiosos, na maioria das vezes, em uma tentativa de mobilizar a sociedade contra políticas e estratégias pedagógicas que abordem os estudos de gênero (SEFFNER, 2016, p. 7-9).

Ao longo do debate, percebeu-se que esses discursos pautados no ataque aos estudos de gênero, juntamente com a mobilização política que eles carregam, têm tornado-se um obstáculo para uma educação emancipadora e livre de preconceitos. Impedem, também, uma discussão honesta sobre relações de gênero, violências, abusos e desigualdades. É possível vislumbrar um exemplo disto no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), o qual foi responsável por elaborar diretrizes, estratégias e metas para a educação e que, portanto, previa o combate às desigualdades de gênero e a problematização da diversidade. Entretanto, bancadas parlamentares ligadas a movimentos conservadores censuraram estes temas no PNE, referindo-se aos perigos dos avanços das pautas LGBTQ+, da suposta destruição do modelo tradicional de família e dos valores morais (RIOS; RESADORI, 2018).

Dentre diversos pontos discutidos, vale ressaltar o levantado por uma participante da mesa, a ginecologista e obstetra Helena, que traçou um paralelo do cenário político brasileiro de 2013 a 2016 com a violência de gênero, concluindo que agressões dessa natureza são fundamentalmente impetradas aos indivíduos do sexo feminino e/ou a sua sexualidade. Para elucidar sua ideia, destacou que

os ataques direcionados a então Presidente [da República] Dilma [Rousseff], que por vezes era vítima não de críticas construtivas no campo político, mas sim ataques pessoais diretos referentes a seu gênero ou aparência... bem como são os ataques direcionados a parlamentares LGBTQ+ no Brasil (2019, informação verbal).

Os dois casos ilustram a função social assumida pelos grandes veículos de comunicação e de mídia ao fomentar a violência contra a diversidade de gênero associada ao modo como publicam notícias acerca de eventos e personalidades. Colling et al. (2012, p. 87), ao analisarem a cobertura midiática dada à Parada do Orgulho Gay de 2007, afirmam que “os programas [da grande mídia] produziram um discurso preconceituoso ao tratar das diferenças entre os gêneros, pois apresentariam o universo homossexual como homogêneo [...]” e frequentemente “as reportagens associavam a parada com violência e drogas”. Isso ancora-se ao fato de que a homossexualidade e a sexualidade feminina há séculos configuram-se como alguns dos dispositivos de dominação e sujeição social, uma vez que a sexualidade é convencionalmente vista como um assunto razoável do senso comum apenas no campo masculino heterossexual (FOUCAULT, 2018, p. 395).

Ainda na discussão desta primeira ação, foi levantada a questão de que a sexualidade é compreendida de maneira diferente por distintos grupos culturais e setores da sociedade, que concebem significações próprias para esse fenômeno. Assim, esses buscam compreendê-la e lhe atribuir valores, normas, proibições e permissões, muito similares ao analisado pelos estudos de Cabral e Romeiro (2011), que constataram uma profunda subjetividade nas interpretações de questões ligadas à sexualidade.

A segunda ação foi a exibição das fotografias do concurso do IFSC⁸, que foram dispostas por um longo período contínuo de tempo e, assim, muitos estudantes, visitantes e técnicos da UFSC - campus Blumenau puderam visualizar a exposição e refletir acerca dos direitos das mulheres, tema retratado nas imagens. Parte do público que teve acesso à exposição manifestou impressões e provocações suscitadas pelas imagens, sinalizando a potência das mesmas para a sensibilização referente aos estudos de gênero.

A terceira ação desenvolvida foi levada para além das portas da Universidade. Desta forma, foi realizado, por um grupo de estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina - *campus* Blumenau, uma oficina com o tema violência sexual. Objetivou-se explicitar o que é e quem deve ser procurado em caso de ocorrência de crimes relacionados e, para tal, realizou-se em uma escola pública a exibição do documentário *Canto de Cicatriz*. A obra centra-se nas duas principais formas de violência sexual que atingem crianças e adolescentes: o abuso e a exploração sexual, com uma abordagem pautada na perspectiva de gênero.

A exibição foi precedida por uma breve contextualização feita por uma das professoras que atua na escola e uma sucinta apresentação do grupo de estudantes que esteve organizando este momento, buscando localizar os estudantes na ação desenvolvida. Logo ao fim da exibição, o debate foi introduzido pela advogada Cristiane, que pautou sua fala na violência sexual enraizada em relacionamentos abusivos e os cuidados que os estudantes devem observar para identificar este tipo específico de violência. Nesse sentido, foi problematizada a existência de uma espécie de cultura ou tradição patriarcal, em que historicamente configurou-se como socialmente comum certo padrão de violência contra mulheres, visto que o papel ativo das relações entre sexos é centrado na figura masculina (BERGER, 2003).

A fala inicial foi sucedida por uma série de outras falas que visaram à conscientização dos jovens estudantes a respeito da identificação e distinção de relação sexual e violência sexual. A advogada Cristiane, nesse momento, pautou-se no Código Penal para evidenciar que

⁸ I Concurso Fotográfico em Direitos Humanos, com o tema: "Mulheres e Seus Direitos". Disponível em: <http://gaspar.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1962:2019-06-05-18-57-27>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

menores de 14 anos não consentem relação sexual e qualquer atividade é caracterizada como estupro (BRASIL, 2007). Esta fala serviu de pilar para a introdução do debate sobre o que é consentimento: no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o consentimento sexual não reside em uma idade fixa, mas em uma série de fatores que englobam maturidade emocional, intelectual e moral, aparência e conduta (LOWENKRON, 2007). O debate prosseguiu visando o esclarecimento dos estudantes a respeito da violência sexual e que esta se inicia quando há qualquer toque não consentido - ou passível de consentimento - na vítima.

Os outros dois membros convidados a colaborar nesta ação, o policial Ernesto e a conselheira tutelar Joice, comentaram sobre a frequente tentativa dos abusadores em culpar a vítima e sobre as relações mantidas enquanto uma das partes está sob efeito de álcool e/ou entorpecentes, sem sua total lucidez - ou seja, não passível de consentimento. Ambos dialogaram a fim de informar os adolescentes sobre os mais diversos tipos de violências sexuais, a existência e funcionamento dos órgãos acolhedores que têm como público alvo vítimas dessa violência, como a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente, e como identificar casos de suspeita do crime.

Advindas das Universidades, as discussões a respeito das relações de gênero, realizadas em forma de projetos de extensão, em espaços públicos são um passo fundamental no que diz respeito à democratização destes conhecimentos e à divulgação científica. A compreensão da população sobre essas violências enraizadas é fundamental para a garantia da plena vivência dos direitos humanos dentro de uma sociedade.

A democratização dos estudos sobre gênero torna-se mais que urgente em espaços de educação formal e informal, combatendo a normatização de relações desiguais e a disciplinaridade da sexualidade. Diversos estudos mostram que ações desenvolvidas por Universidades Públicas detém um valor único na informação e no esclarecimento de jovens e adultos quanto a pluralidade e a diversidade de gênero, principalmente quando realizadas junto a escolas básicas (ASINELLI-LUZ, 2008, p. 90-94). Pautado nesse referencial, o presente projeto foi pensado de maneira a maximizar a divulgação dos estudos e das questões de gênero e sexualidade para a comunidade na qual a UFSC - Blumenau está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca das desigualdades nas relações de gênero são de fundamental importância em ambientes educacionais na medida em que contribuem na compreensão de que esta construção desigual não ocorre de forma natural, mas trata-se de uma construção

social, a qual perpetua o modelo de opressão patriarcal. Democratizar os conhecimentos necessários para a identificação e denúncia das violências de gênero visa conscientizar a desconstrução dessas relações desiguais e as violências decorridas desse processo.

Desta forma, o presente projeto pretendeu contribuir para a democratização de saberes, visando abordar o tema com rigor científico e evidenciando a deturpação que o conceito de gênero vem sofrendo pelas camadas conservadoras da sociedade. A desqualificação dos estudos de gênero evidencia um interesse político de controle sobre os corpos, além do interesse na perpetuação das relações de poder impostas por determinados grupo que se beneficiam destas desigualdades.

As Universidades Públicas brasileiras, referência em pesquisa no país, tem também um compromisso com o avanço deste debate, tanto dentro como fora da academia. Na contemporaneidade, a depreciação da educação e da ciência vêm ganhando força e assuntos referentes a políticas públicas para mulheres e para a população LGBTQ+ - como as questões referentes aos direitos sexuais e reprodutivos - são tratados com bases religiosas que, assumindo uma postura ideológica, dizem-se neutras e atacam o que chamam de ideologia. Portanto, a divulgação de tais saberes faz-se mais necessária que nunca, visando combater a deturpação dos estudos de gênero que vem se propagando em alta velocidade e resultando, inclusive, em censuras descabidas do tema, como no PNE.

Sendo assim, ressalta-se a demanda social pela democratização do debate sobre relações de gênero, como também o compromisso das universidades nesse processo. Projetos de extensão universitária podem e devem atuar para construção de uma educação alterizante e emancipadora na comunidade em que se inserem, atuando diretamente na defesa da garantia ao pleno acesso aos direitos humanos, repudiando posicionamentos reacionários que naturalizam a subordinação das mulheres e a opressão de gênero. Dessa forma, faz-se frente a figuras e setores sociais a quem a preservação da desigualdade é um projeto de poder que só é fortalecido por meio da desinformação, da opressão e da recusa à diversidade ao debate.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.41-52, 2005.

ARAÚJO, Iraniano; ETTINGER, Valéria Marques. Gênero e Direitos Humanos: conquistas e desafios. **Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC**, 2017, p. 187 - 221. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1912>>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

ARISI, Bárbara M.; ÁVILA, Simone; SALA Arianna. Sexualidade no interior conservador brasileiro: Uma experiência de educação para a diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu. Amazônia., **Rev. Antropol.** p. 480 - 495, 2016.

ASINELLI-LUZ, Araci. A Extensão Universitária enquanto Fonte de Conhecimento nos Temas Drogas, Gênero e Sexualidade. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 1, p. 89 - 96, jun. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/extensao/article/viewFile/11766/8296>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

BRASIL. [Constituição Federal de 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.
_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**, 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. de 2019.
_____. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de ago. de 2019.
_____. **Código penal e Constituição Federal** (1988). 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
_____. BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de julho de 2014. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 26/09/2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e Subversão da Identidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Ronad Vieira; ROMEIRO, Artieres Estevão. Sobre a Sexualidade Controlada: poder e repressão sexual em Michel Foucault. **Revista Educação**, Batatais, v. 1, n. 1, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O Que é Ideologia?** 3ª ed. S. Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

COLLING, Leandro; SILVA, Patrícia Conceição da; LOPES, Maycon; SANT'ANA, Tiago; SANCHES, Júlio César; GUEDES, Cíntia; SANTOS, Matheus. Um Panorama dos Estudos Sobre Mídia, Sexualidades e Gêneros Não Normativos no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 77 - 108, 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/416/310>>. Acesso em: 10 de ago. de 2018.

BERGER, Sônia Maria Dantas. **Violência Sexual Contra Mulheres: entre a (in)visibilidade e a banalização** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2003. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4909>> Acesso em: 08 de ago. de 2019

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8ª ed. S. Paulo, Editora Paz e Terra, 2018.

GARBAGNOLI, Sara. Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire. **Synergies Italie**, n. 10, p. 45-67, 03 de mar. de 2014. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Italie10/Sara_Garbagnoli.pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

LOWENKRON, L. (Menor)idade e Consentimento Sexual em uma decisão do STF. **Revista de Antropologia**, v. 50, n. 2, p. 713-745, 1 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/ra/article/view/27276>>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “Doutrinação Marxista” à “Ideologia de Gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, v. 07, n. 15, p. 590-621, ago. de 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. de 2019.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 80 p.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em 14 de ago. de 2009.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 622-636, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 de jul. 2019.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: Gender and the politics of history. New York, **Columbia University Press**, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas**. In: XI REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 11., 2016, Curitiba. Anais... . Curitiba: Anped Sul, 2016. p. 1 - 2. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

World Health Organization. **Mulheres e Saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã**. Rio de Janeiro: WHO; 2009. Disponível em: <https://www.who.int/portuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2019.